



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 030

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelo senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro e pela senhora deputada Elza Correia.

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natólio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Natólio Stica)

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 090/2002, de 26/06/2002).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

Art. 1º - Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com suas posteriores alterações, passam a vigorar com a nova redação ou ficam revogados, conforme é adiante explicitado:

1) Artigo 6º, revogados seus atuais incisos VIII e XIV e parágrafos 1º a 6º:

“Art. 6º - O Conselho da Polícia Civil, nos termos do artigo 47, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - o delegado geral da Polícia Civil, como presidente e membro nato;

II - delegado geral adjunto da Polícia Civil, como vice-presidente e membro nato;

III - pelo corregedor-geral da Polícia Civil;

IV - por dois representantes do Ministério Público, indicados pelo procurador geral da Justiça;

V - por dois delegados de polícia estáveis, indicados pelo governador do Estado do Paraná;

VI - por um representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, indicado pelo respectivo secretário;

VII - por um representante da Procuradoria-Geral do Estado, indicado pelo procurador-geral do Estado;

Parágrafo Único - Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:

a) deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo delegado geral de Polícia Civil.

b) zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Paraná.

c) aprovar regimentos internos das unidades policiais civis e outros atos normativos que definam a atuação da Instituição;

d) propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil;

e) pronunciar-se sobre matéria relevante, concernente a função, princípios e condutas funcionais ou particulares do policial civil que resultem em reflexos à Instituição;

f) examinar e avaliar as propostas das unidades administrativas da Polícia Civil do Estado do Paraná, em função dos planos e programas de trabalhos previstos para cada exercício financeiro;

g) analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

h) proceder ao julgamento, como instância originária, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis;

i) deliberar sobre a remoção de delegados, no interesse do serviço policial, observadas as disposições desta lei;

j) deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

l) deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

m) deliberar, conclusivamente, sobre a indenização, promoção ou pensão especial decorrente de enfermidade ou morte em virtude de serviço ou do exercício da função;

n) exercer outras atribuições previstas em lei.”

2) Artigo 194 - *caput* e parágrafo único:

“Art. 194 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder, para defesa de direitos e para reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço policial.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.”

3) Artigo 195 - *caput*:

“Art. 195 - Ao policial civil é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração, observadas as seguintes regras:”

4) Artigo 216 - Parágrafo 1º:

“§ 1º - O corregedor-geral da Polícia Civil decidirá fundamentalmente pelo afastamento temporário, ou não, do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, do servidor policial civil processado criminalmente.”

5) Artigo 217, parágrafo 1º, ficando revogado o seu parágrafo 4º:

“§ 1º - O servidor policial civil, indiciado em processo disciplinar poderá ser afastado do exercício, a critério do corregedor-geral da Polícia Civil.”

6) Artigo 222 - inciso VI e VII:

“VI - cassação de aposentadoria;

VII - cassação da disponibilidade;”

7) Artigo 227 - *caput* e parágrafo 3º, ficando revogados seus parágrafos 1º e 2º:

“Art. 227 - A pena de suspensão, que acarreta a perda de cinquenta por cento da remuneração, não excederá de 90 (noventa) dias.

§ 3º - A pena de suspensão implica na retirada da arma e da insígnia do policial durante o respectivo período.”

8) Artigo 238 - inciso III:

“III - O Conselho da Polícia Civil, em casos de advertência, repreensão e suspensão;”

9) Artigo 240 - *caput*, parágrafos e incisos:

“Art. 240 - A autoridade corregedora realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou for incerta sua autoria.

§ 1º - A investigação preliminar, de caráter informal e sumário, será instaurada de ofício pelo corregedor-geral da Polícia Civil, ou mediante representação das demais autoridades referidas no artigo 238.

§ 2º - O início da apuração deverá ser comunicado pela autoridade designada para presidir-la ao corregedor-geral da Polícia Civil, devendo ser concluída em 30 (trinta) dias.

§ 3º - Não concluída no prazo a apuração, a autoridade deverá imediatamente encaminhar ao corregedor-geral da Polícia Civil relatório das diligências realizadas e prosseguir nas investigações por mais 10 (dez) dias, ao término dos quais relatará circunstancialmente os fatos apurados.

§ 4º - Ao concluir a apuração preliminar, a autoridade deverá opinar fundamentalmente pelo arquivamento ou pela instauração de sindicância ou processo administrativo;

§ 5º - Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou havendo durante seu curso conveniência para a instrução ou para o serviço policial, poderá o corregedor-geral da Polícia Civil, por despacho fundamentado, ordenar, isolada ou cumulativamente, as seguintes providências:

I - afastamento preventivo do policial civil, até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por até 60 (sessenta) dias, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato, observado o disposto no artigo 217;

II - designação do policial civil para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas, até decisão final do procedimento;

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas;

IV - proibição do porte de armas;

V - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento.

§ 6º - Qualquer autoridade que determinar a instauração ou presidir sindicância ou processo administrativo, poderá representar ao corregedor geral da Polícia Civil para propor a aplicação das medidas previstas neste artigo, bem como sua cessação ou alteração.

§ 7º - O corregedor geral da Polícia Civil poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo.

§ 8º - O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.

§ 9º - A decisão pelo afastamento levará em conta a vida funcional pregressa do indicado, sendo que não havendo fatos desabonadores de conduta, será tomada a medida indicada no parágrafo 5º, II deste artigo”.

10) Artigo 241 - *caput*, inciso III e parágrafo 6º e 11:

“Art. 241 - A sindicância será instaurada de ofício pelo corregedor geral da Polícia Civil, ou por determinação das autoridades referidas no artigo 238 desta lei, somente para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se cominem as penas de advertência, repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, observados o rito do contraditório e ampla defesa, conhecidas a autoria e materialidade, esta se houver.

III - comunicação da instauração ao Conselho da Polícia Civil e ao setor de pessoal:

§ 11 - A citação, que após recebida dará início ao prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão do feito, prorrogáveis por igual período mediante despacho do corregedor geral à vista de requerimento fundamentado da autoridade sindicante, conterà”:

11) Artigo 242 - parágrafos 10, 14 e 15:

“§ 10 - Cumpridas as diligências, serão os autos conclusos à autoridade sindicante, que saneará onde necessário e notificará o defensor do sindicato a apresentar alegações no prazo de três dias.

§ 14 - Se no decorrer da instrução ficar caracterizado ter o servidor cometido outras transgressões além das constantes da citação, serão extraídas as peças necessárias e remetidas ao corregedor geral, que instaurará novo procedimento.

§ 15 - Com o relatório, a sindicância será enviada ao corregedor geral, que o remeterá à autoridade competente para a decisão.”

12) Artigo 243 - *caput* e parágrafos 1º, 3º e 4º.

“Art. 243 - O processo disciplinar, obedecidos os princípios do contraditório e a ampla defesa, será instaurado por determinação das autoridades referidas no artigo 238 e precederá a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 1º - Aplicam-se ao processo disciplinar, no que couber, as disposições previstas para a sindicância e, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal.

§ 3º - O processo disciplinar deverá ainda ser instaurado por provocação da autoridade policial, observado o previsto no artigo 257.

§ 4º - Compete ao corregedor geral da Polícia Civil expedir o ato instaurador do processo disciplinar”.

13) Artigo 244 - *caput* e parágrafo 1º, 2º e 3º, ficando revogado seu atual parágrafo 4º:

“Art. 244 - O processo disciplinar será presidido por delegado de Polícia designado pelo corregedor geral da Polícia Civil, escolhido dentre delegados de Polícia estáveis, preferencialmente da classe mais elevada.

§ 1º - Regulamento baixado pelo Poder Executivo disciplinará os mecanismos para escolha dos presidentes de processos disciplinares.

§ 2º - O delegado de Polícia que presidir o processo disciplinar designará como secretário um servidor civil estável, dando conhecimento ao setor de pessoal, para efeito de anotações.

§ 3º - Não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado deste, devendo a autoridade ou o funcionário designado comunicar, desde logo, à autoridade competente, o impedimento que houver”.

14) Artigo 245 - inciso VI:

“VI - designação do delegado de Polícia que presidirá o processo”.

15) Artigo 247:

“Art. 247 - O acusado será citado com os requisitos do artigo 241, parágrafo 11, pessoal e individualmente, para ser interrogado sobre as imputações contra si existentes, em data e local previamente designados, com antecedência mínima de cinco dias, prazo este durante o qual os autos poderão ser examinados pelo defensor, junto à presidência do processo.”

16) Artigo 248, parágrafo 5º e 6º:

“§ 5º - Até a data do interrogatório, será designada a audiência de instrução.

§ 6º - Em qualquer fase do processo poderá o presidente, de ofício ou a requerimento da defesa, ordenar diligência que entenda convenientes”.

17) Artigo 249 - *caput* e parágrafo 1º a 6º:

“Art. 249 - Na audiência de instrução serão ouvidas, pela ordem, as testemunhas arroladas pelo presidente e pelo acusado, que em ambos os casos não poderão exceder de 5 (cinco).

§ 1º - Tratando-se de servidor público, seu comparecimento deverá ser solicitado ao respectivo superior imediato, com as indicações necessárias.

§ 2º - As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão à audiência designada independentemente de notificação.

§ 3º - Deverá ser notificada a testemunha cujo depoimento for relevante e que não comparecer espontaneamente;

§ 4º - Se a testemunha não for localizada, a defesa poderá substituí-la levando na mesma data designada para a audiência outra, independente de notificação.

§ 5º - A testemunha não poderá eximir-se de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que legalmente separado, companheiro, irmão, sogro e cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

§ 6º - Se o parentesco das pessoas referidas for com o denunciante, ficam elas proibidas de depor, observada a exceção do parágrafo anterior.”

18) Artigo 251 *caput* e parágrafo 1º a 3º:

“Art. 251 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente.

§ 1º - Será concedida vista dos autos ao acusado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

§ 2º - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do acusado ou para apresentação de recursos, mediante intimação por AR.

§ 3º - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu representado, salvo na hipótese de prazo comum, de processo sob regime de segredo de justiça, da existência nos autos de documentos originais de difícil restauração, ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos na repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado”.

19) Artigo 252:

“Art. 252 - O prazo para a conclusão da instrução do processo administrativo, incluindo o relatório da autoridade disciplinar, será de 60 (sessenta) dias, contado da citação do acusado, prorrogável pela Corregedoria Geral da Polícia Civil por igual período, no máximo, mediante solicitação fundamentada da autoridade que presidir o processo”.

20) - Artigo 253 - Parágrafo Único:

“Parágrafo Único - O policial civil que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente”.

21) Artigo 255 - Parágrafo 4º:

“§ 4º - Verificando a autoridade disciplinar configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará obrigatoriamente as peças necessárias ao Ministério Público.”

22) Artigo 259 - Parágrafo 1º, ficando revogados seus parágrafos 2º e 3º:

“§ 1º - Verificada a ocorrência da prescrição ou descumprimento de formalidade essencial, o corregedor-geral da Polícia Civil provocará a apuração das responsabilidades legais de quem lhe deu causa”.

23) Artigo 261 - Parágrafo 1º:

§ 1º - A prisão será comunicada imediatamente à autoridade judiciária e ao corregedor-geral da Polícia Civil, que instaurará o processo disciplinar”.

24) Artigo 263 - *caput* parágrafo 1º a 5º:

“Art. 263 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade.

§ 1º - O prazo para recorrer é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Do recurso deverá constar, além do nome e qualificação do recorrente, a exposição das razões de inconformismo.

§ 3º - O recurso será apresentado à autoridade que aplicou a pena, que terá o prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la.

§ 4º - Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico.

§ 5º - O recurso será apreciado pela autoridade competente ainda que incorretamente denominado ou endereçado”.

25) Artigo 264:

“Art. 264 - Caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, de decisão tomada pelo Governador do Estado em única instância, no prazo de 30 (trinta) dias”.

26) - Artigo 265:

“Art. 265 - Os recursos de que trata esta lei complementar não têm efeito suspensivo; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo”.

27) Artigo 266:

“Art. 266 - A decisão final não se fundamentará em manifestações técnico-jurídicas não compreendidas no âmbito da relação processual, ressalvadas as oriundas da Procuradoria Geral do Estado.”

28) Artigo 267 - *caput* e parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º:

“Art. 267 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.

§ 4º - Não será admitida reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.

§ 5º - O ônus da prova cabe ao requerente.

§ 6º - Os pedidos formulados em desacordo com este artigo serão indeferidos.

§ 7º - A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão”.

29) Artigo 270:

“Art. 270 - A decisão de julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada”.

30) Artigo 295 - parágrafo 1º:

§ 1º - Os titulares dos cargos de delegado-geral adjunto, corregedor-geral, corregedor de Assuntos Internos, corregedor de Área, assessor civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Diretor de Escola Superior de Polícia Civil e diretor do Instituto de Identificação serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada”.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.04.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA
15ª LEGISLATURA- 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e três, às 16h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Fernando Ribas Carli, Elton Carlos Welter, Luiz Fernandes da Silva Litro, Renato Gaúcho, Francisco Bühner e Elio Rusch. Dando início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, agradeceu a presença de todos, passando a leitura da Ata da reunião anterior. A seguir foram examinados os documentos recebidos pela CPI, e foi verificado que algumas secretarias enviaram apenas parte da documentação, sendo aguardado o restante para breve análise. Dada a palavra ao deputado Elton Carlos Welter, este sugeriu o convite aos engenheiros que verificaram recentemente o estado das bases náuticas, para prestar informações e esclarecimentos sobre a atual situação. Foi ainda debatido a demora na remessa da documentação solicitada, pois a CPI ainda não recebeu a relação das pessoas que organizaram os jogos, relação esta imprescindível para o andamento dos trabalhos. O presidente da CPI esclareceu que vai reiterar os pedidos dos documentos que ainda não chegaram. Dada a palavra ao relator da CPI, deputado Fernando Ribas Carli, salientou que a análise da documentação deverá ser acompanhada por assessoria técnica, após o que deve-se convocar as pessoas para prestar esclarecimentos. Várias sugestões foram amplamente debatidas ficando marcada a próxima reunião para começo da semana que vem, com data ainda a ser definida. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAUTA - 13/05/2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 17/2003. Autor: deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidade à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **Relator: deputado Nelson Justus, designado**

**em 13.03.2003. Voto em separado do deputado Dele-
gado Bradock.**

Projeto de Lei nº 176/2003. Autor: deputado Dou-
tor Luciano, que estabelece o Código de Direitos e Res-
ponsabilidades Sociais dos Usuários do Sistema Único de
Saúde do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton
Carlos Welter, designado em 22.04.2003. Vistas ao
deputado José Maria Ferreira em 06.05.2003.**

Projeto de Lei nº 201/2003. Autor: Ministério
Público - Procuradoria Gerla de Justiça, que altera o
artigo 4º da Lei nº 12.241/98 (Composição do Conselho
Diretor). **Relator: deputado Delegado Bradock, desig-
nado em 22.04.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 171/2003. Autor: deputado Nel-
son Justus, que altera a redação da Lei nº 9.148/89, que
declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades
Sociais Particulares de Curitiba. **Relator: deputado
Tadeu Veneri, designado em 10.04.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 148/2003. Autor: deputado Nereu
Moura, que obriga o Departamento de Trânsito do Estado
do Paraná, a comunicar aos motoristas cadastrados, do
vencimento da Carteira Nacional de Habilitação. **Rela-
tor: deputado Duílio Genari, designado em
08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 180/2003. Autor: deputado Rati-
nho Júnior, que institui na rede pública e privada de
ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência
química e suas conseqüências e o programa permanente
de orientação e prevenção ao uso de drogas. **Relator:
deputado Doutor Luciano, designado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 219/2003. Autor: deputado Fer-
nando Ribas Carli, que obriga a construção de 3ª e 4ª
faixa pelas concessionárias de rodovias no Estado do
Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contí-
nua. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado
em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 220/2003. Autor: deputado Fer-
nando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de
50% das vagas dos cursos de graduação das instituições
estaduais de ensino superior, para alunos da rede pública
de ensino. **Relator: deputado Doutor Luciano, desig-
nado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 222/2003. Autor: deputado
Mauro Moraes, que torna obrigatória a inclusão da
matéria Introdução à Filosofia, nas escolas da rede
pública estadual de ensino fundamental e médio. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em
08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 223/2003. Autor: deputado
Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade das
escolas da rede pública e privada, efetuarem campanhas
anti-drogas aos seus alunos. **Relator: deputado Duílio
Genari, designado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 224/2003. Autor: deputado
Mauro Moraes, que torna obrigatória a exibição de infor-
mações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do
Paraná. **Relator: deputado Duílio Genari, designado
em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 228/2003. Autor: deputado Van-
derlei Iensen, que cria o Vale Cultura para os profissio-
nais de educação do sistema público estadual de ensino..
**Relator: deputado Doutor Luciano, designado em
08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 237/2003. Autor: Plauto Miró
Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário
do Paraná ao Dr. Bartholomeu Lisboa. **Relator: depu-
tado Ademar Traiano, designado em 08.05.2003.**